

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



TSE considerou Lula matematicamente eleito às 21h08

Bibo Nunes entrega a senha que fragilizou anulação da eleição

Às 18h39 do domingo (25), quando ainda estava suspensa a contagem e a eleição prorrogada até as 19h, o deputado Bibo Nunes (PL-RS) deu a senha da existência de uma estratégia que acabou por fragilizar completamente qualquer argumento que embasasse um pedido de anulação do segundo turno. No vídeo que postou nas redes sociais, Bibo Nunes afirma que o pedido de prorrogação das eleições que também foi feito pelo PL visava “anular” qualquer efeito do pedido feito pelo PT. A não ser que o raciocínio de Bibo Nunes tenha sido algo exclusivamente saído da sua cabeça, o que ele diz é que havia uma avaliação de que o PT, alegando um locaute no transporte público que proibiria eleitores de votar em cidades onde tinha bom desempenho tentaria àquela altura inviabilizar uma eleição que perderia nas urnas. “Aí, o PL sabiamente foi e também pediu a prorrogação”, diz Bibo.

“Pedi o PT, pedi o PL”

“Anulou, anulou”, continua o deputado. “Pedi o PT, pedi o PL”. E conclui: “Então, não tem história. Absorve a derrota, que é melhor”. Ocorre que, ao final da eleição, o resultado não foi esse. Quando as urnas reabriram após as 19h, Lula saiu à frente de Flávio. Depois, o candidato do PL virou. E, por volta das 20h30, Lula virou outra vez para não deixar mais a dianteira. Venceu as eleições com 51,79%. Uma vantagem de 3,58 pontos sobre Flávio Bolsonaro. Ou 4,4 milhões de votos.

REPRODUÇÃO/VÍDEO



Bibo Nunes: os dois partidos pediram prorrogação

Entenda a cronologia

Às 13h22 do domingo, o PT pede ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma apuração sobre os problemas de transporte público em Salvador, Feira de Santana e Lauro de Freitas, na Bahia. Às 13h37, pede providências também à Corregedoria-Geral Eleitoral. O pedido chega ao gabinete do presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, às 13h54. Às 14, o corregedor, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, pede informações ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Bahia. Às 15h, o PT pede a prorrogação do horário de votação.

PL pede por causa das chuvas no Sul

Às 15h27, é a vez de o PL entrar também no TSE com pedido de prorrogação das eleições. No caso, a alegação foram as fortes chuvas em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, redutos eleitorais mais à direita, onde eleitores poderiam ter dificuldades de comparecer à votação por causa do mau tempo. Minutos depois, o pedido do PL é encaminhado também ao gabinete de Kassio Nunes Marques.

STF

A partir daí, de fato, os pedidos do PT e do PL se separam. Porque o do PL permanece somente no âmbito do TSE. E o PT vai ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a prorrogação da eleição na Bahia. Eram 15h46. Às 16h29, o PT amplia o pedido, para que as eleições fossem prorrogadas em todo o território nacional.

Zanin

Às 16h33, o caso é distribuído para o ministro Cristiano Zanin. É aí que começa a confusão. Porque a decisão de Zanin é publicada muito perto das 17h, o horário de encerramento das eleições. Então, seções já haviam encerrado a votação. A contagem dos votos chegou a começar e foi interrompida com 0,25% das urnas apuradas.

Endosso de Kassio

Zanin depois calibrou sua decisão, dizendo que a prorrogação deveria acontecer somente nas seções que ainda não tinham encerrado. Por volta das 18h, Kassio Nunes Marques determina que a votação siga até as 19h somente nas seções que ainda estivessem abertas. Enquanto houver eleitor na fila, a seção deve prosseguir.

Pouco efeito

O fato, porém, é que a prorrogação da eleição até as 19h teve muito pouco efeito no resultado final. Segundo os dados do próprio TSE, somente 34 mil pessoas votaram depois das 17h. E a maior parte delas – cerca de 29 mil – até cinco minutos depois das 17h. No primeiro turno, mais de 3,7 milhões de eleitores votaram depois das 17h.

Mesmo depois das 19h

Mesmo sem qualquer determinação de prorrogação, no primeiro turno houve mesmo eleitores que votaram depois das 19h: 11. Lula venceu a eleição com uma diferença 4,4 milhões de votos para Flávio Bolsonaro. Assim, mesmo que se descontassem as 34 mil pessoas que votaram depois das 17h, o vencedor seria Lula.

Confusão

Não há como negar que a decisão tomada por Cristiano Zanin gerou confusão. O difícil é imaginar que tal confusão pudesse gerar argumento com força de anular o pleito. Mesmo a apuração pouco atrasou. O resultado final estava previsto para as 21h. A vitória de Lula foi confirmada às 21h08, com 97% das urnas apuradas.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Por decisão de Moraes, Flávio foi intimado a entregar seu passaporte

Flávio muda de estratégia e pedirá cassação da chapa de Lula

PL reconhece vitória de Lula, mas questiona atuação do governo

Por **Gabriela Gallo**

Após o resultado eleitoral no segundo turno das eleições presidenciais, que reelegeram Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para mais quatro anos de mandato, o candidato Flávio Bolsonaro (PL) informou nesta segunda-feira (26) que vai entrar com recurso na Justiça Eleitoral e pedirá a cassação da chapa Lula-Alckmin.

O senador alega suposta prática de abuso de poder político e econômico durante a campanha eleitoral do petista, com as medidas econômicas adotadas por Lula (como novas regras de renegociação de dívida para MEIs e reajuste do Bolsa Família).

No mesmo dia, porém, o Partido Liberal divulgou uma nota assinada pelo presidente do partido, Valdemar Costa Neto, reconhecendo a vitória de Lula nas urnas.

Contudo, apesar de não colocar dúvidas sobre a votação, o partido reitera que “os questionamentos levantados [sobre a campanha de Lula] precisam ser devidamente esclarecidos dentro de um debate político equilibrado e democrático”.

As declarações de Flávio, divulgadas em um vídeo disponível em suas redes sociais, mostram uma mudança na

estratégia do senador.

Após o resultado do segundo turno, que registrou uma diferença de 4,4 milhões de votos a mais para Lula, a primeira reação de Flávio Bolsonaro foi dizer que não reconhecia o resultado e que pediria a anulação do segundo turno eleitoral.

No mesmo vídeo, Flávio informa que, por decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes, a Polícia Federal o intimou a entregar seu passaporte e que ele está proibido de viajar para o exterior.

O Correio da Manhã conversou com o advogado e pós-doutor pela PUC-SP Antonio Gonçalves que julgava as chances de anulação muito baixas “em razão do número baixo de votos computados após às 17h (pouco mais de 35 mil) e do entendimento, tanto do TSE quanto do STF, de que não houve prejuízo eleitoral com a prorrogação”.

Ele ainda ponderou que a equipe jurídica de Flávio teria que “comprovar o dano eleitoral”.

Para a advogada especialista em direito eleitoral e professora universitária Livia Medeiros o fato de duas campanhas terem pedido extensão do horário, “enfraquece uma crítica à prorrogação em si”, apesar de não anulá-la.